

Relatório e contas 2024

RODOVIÁRIA DE  LISBOA

Índice

| | | |
|---|------------------------------------|----|
| 1 | Órgãos sociais | 2 |
| 2 | Relatório de gestão | 3 |
| 3 | Demonstrações financeiras | 11 |
| 4 | Anexo às demonstrações financeiras | 16 |
| 5 | Certificação legal de contas | 48 |
| 6 | Relatório do conselho fiscal | 52 |

Órgãos Sociais

Assembleia geral

Presidente José Manuel Nunes Pacifico
Secretária Diana França Ramos Dias de Andrade Neves

Conselho Fiscal

Presidente João Fernando Castro Vale dos Santos
Vogal Maria Susana da Mota Furtado e Almeida Rodrigues
Vogal ROC Pedro Miguel Amador Fonseca

Conselho de Administração

Presidente Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Vogal David Humberto Canas Pedrosa
Vogal Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
Vogal Sérgio Sambade Nunes Rodrigues
Vogal Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Diretores de atividades

Direção de Gestão Integrada e Desenvolvimento Carla da Costa Pires
Direção de Recursos Humanos Elisabete Leitão
Centro de Caneças e de Bucelas Jorge Crispim Santos
Centro de Santa Iria Pedro Guedes Machado
Centro de Controlo Operacional Pedro Guedes Machado

Relatório de Gestão

R
h
A
y

2.1. Enquadramento social e económico

A envolvente macroeconómica verificada em 2024 reflete o impacto de vários fatores globais, regionais e nacionais que influenciam o crescimento económico, a inflação, o emprego, as políticas fiscais e monetárias, e outros aspetos essenciais da economia. Em seguida, abordaremos alguns dos principais desenvolvimentos e tendências que moldaram a envolvente macroeconómica de 2024 até o momento:

1. Crescimento Global Moderado

O crescimento económico global em 2024 foi moderado, refletindo uma desaceleração após os estímulos massivos dos últimos anos. A recuperação pós-pandemia foi mais lenta do que o esperado, com algumas economias avançadas a registarem um crescimento mais lento, ao passo que as economias emergentes, como a Índia e a China, continuam a enfrentar desafios internos.

A China, a segunda maior economia mundial, tem enfrentado um crescimento moderado devido a problemas como a desaceleração do setor imobiliário e à queda da procura interna, enquanto tenta reequilibrar sua economia em direção a um modelo mais orientado para o consumo.

A zona Euro e os EUA também apresentaram taxas de crescimento mais lentas devido a uma combinação de políticas monetárias restritivas e desafios globais.

2. Inflação Persistente

A inflação continuou a ser uma característica marcante da envolvente económica em 2024, embora tenha mostrado sinais de desaceleração em algumas regiões, como na zona Euro e nos EUA, após as agressivas políticas de aumento de taxas de juros implementadas pelos bancos centrais.

No entanto, as pressões inflacionárias permanecem em níveis elevados, especialmente devido a fatores como o aumento dos preços de energia, principalmente o petróleo e o gás natural, além da inflação alimentar que persiste em muitas economias.

Os bancos centrais de grandes economias, como o FED (EUA) e o Banco Central Europeu (BCE), mantiveram uma postura monetária restritiva, com o aumento das taxas de juros para combater a inflação, o que tem impacto direto no crédito e nos mercados financeiros.

3. Política Monetária e Taxas de Juros Elevadas

Em 2024, a política monetária em muitas economias avançadas continuou a ser restritiva. O FED nos EUA e o BCE na Europa, têm elevado as taxas de juros para controlar a inflação, embora haja um debate crescente sobre quando essas taxas mais altas podem ser ajustadas para evitar uma desaceleração económica mais acentuada.

As taxas de juros elevadas resultam em custos mais altos de financiamento, o que afeta negativamente as famílias como as empresas, restringindo o consumo e os investimentos, especialmente em mercados hipotecários e de crédito ao consumo.

4. Mercados de Trabalho

O mercado de trabalho global continuou a mostrar taxas de desemprego baixas em algumas regiões, mas a criação de emprego tem abrandado. A automação e a digitalização da economia estão a mudar a natureza do trabalho, exigindo novas habilidades, o que aumenta a pressão sobre a qualificação da força de trabalho.

A escassez de mão de obra qualificada tem sido um desafio crescente em várias economias, nomeadamente em setores como o tecnológico, o da saúde e o da engenharia a enfrentarem dificuldades em recrutar e reter talentos.

A mobilidade no trabalho, com o aumento do trabalho remoto e híbrido, também é uma tendência marcante, alterando a dinâmica de oferta e procura de emprego em várias indústrias.

5. Geopolítica e Incertezas

A geopolítica revelou-se um fator significativo em 2024, com o impacto contínuo da guerra na Ucrânia a afetar a economia europeia, especialmente em termos de segurança energética e custos elevados de combustível.

A tensão comercial entre as grandes potências, como os EUA e a China, tem gerado incertezas no comércio internacional e nas cadeias de suprimentos globais, afetando diretamente a produção e o comércio de bens e serviços.

O conflito na Ucrânia continua a ser uma grande preocupação, afetando não apenas a estabilidade da região, mas também os preços globais da energia e de *commodities*, com o impacto mais acentuado na Europa.

6. Mercados de Energia

A transição energética continuou a ser uma prioridade global, com muitos países a aumentar os investimentos em energias renováveis e a procurar reduzir a dependência de combustíveis fósseis.

Contudo, a alta volatilidade nos preços da energia tem sido uma característica importante da envolvente económica de 2024, com os preços de petróleo e gás natural a apresentarem flutuações significativas devido a fatores geopolíticos e a política da OPEC+.

A segurança energética tornou-se uma questão prioritária, com países a diversificar suas fontes de energia para reduzir a dependência de combustíveis importados e a apostar em energias renováveis como a solar, a eólica e outras fontes limpas.

7. Desafios Fiscais e Dívida Pública

A dívida pública continua a ser um desafio importante para muitos países, com economias avançadas a enfrentarem níveis elevados de endividamento após políticas fiscais expansivas durante a pandemia.

A austeridade fiscal ou a busca por formas de reduzir os défices orçamentais continua a ser um tema relevante, especialmente para países com elevado endividamento, como Portugal, Itália e outros membros da zona euro.

Medidas fiscais para enfrentar as incertezas globais, como os pacotes de apoio à energia ou aos setores mais afetados, também continuam a ser uma prioridade para muitos governos.

8. Tecnologia e Transformação Digital

A digitalização continua a ser um fator-chave na transformação económica global. Tecnologias emergentes, como a inteligência artificial (IA), o 5G, a automação e o uso de dados massivos (big data), têm levado muitas indústrias a repensar os seus modelos de negócios.

A tecnologia financeira (fintech) também tem desempenhado um papel crescente, com novas soluções digitais em pagamentos, investimentos e empréstimos.

Além disso, a transformação digital no setor público e privado continua a ser um motor importante para o crescimento e a eficiência económica, especialmente com o aumento do uso de inteligência artificial e outras tecnologias de ponta.

9. Portugal em 2024

Portugal enfrentou um crescimento económico mais moderado em 2024, com a recuperação da pandemia a desacelerar. O país continua a lidar com desafios relacionados com a inflação elevada e o aumento dos custos energéticos, que afetam o poder de compra das famílias e os custos de produção.

A dívida pública permanece elevada, e o governo português procurou equilibrar os investimentos em sustentabilidade e transformação digital com a redução do défice e da dívida.

A mobilidade e digitalização também são áreas de foco em Portugal, com o país a aproveitar fundos da União Europeia para fortalecer a infraestrutura verde e promover a inovação.

Em suma, a envolvente macroeconómica verificada em 2024 é marcada por uma desaceleração do crescimento global, desafios inflacionários persistentes, políticas monetárias restritivas e uma alta volatilidade nos mercados de energia e *commodities*. As geopolíticas, com o impacto da guerra na Ucrânia e as tensões comerciais globais, também têm sido determinantes na dinâmica económica. As economias avançadas enfrentam desafios fiscais e de dívida pública, enquanto as tecnologias emergentes e a transição energética são áreas chave de desenvolvimento para o futuro.

2.2. Enquadramento do negócio

Após o início do concurso de operação de transporte público rodoviário, lançado pela AML, denominado de Lote 2, em janeiro de 2023, o ano de 2024 resultou na estabilização de processos, procedimentos e meios para melhorar o serviço, como para aumentar a oferta de serviço público já existente de forma significativa.

Este Lote inclui a maior área operacional de toda a AML incluindo os Concelhos de Mafra, Odivelas, Loures e Vila Franca de Xira. Em todos estes Concelhos, a operação já era gerida pela Rodoviária de Lisboa e pelos seus atuais subcontratados, a Barraqueiro Transportes e a JJ Santo António.

Uma vez mais, foi possível demonstrar a qualidade, o profissionalismo, a dedicação e o conhecimento de Todos os que fazem parte da Rodoviária de Lisboa. A cultura da Rodoviária de Lisboa, provou-nos uma vez mais que é forte, graças a todos, e que, juntos, construiremos um futuro novo e cheio de desafios e conquistas.

2.3. Produção

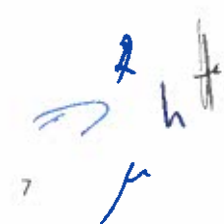
O ano de 2024, ficou marcado pelo aumento de cerca de 11% da oferta de serviço público. Esse aumento significou uma melhoria substancial da eficiência operacional da empresa, e por sua vez possibilitou um incremento nas receitas de cerca de 18%.

A partir de março de 2024, finalmente, foi possível estabilizar o efetivo, deixando de haver necessidade de recorrer à contratação no exterior, com os respetivos custos associados.

Outra evolução muito expressiva foi o aumento da percentagem de serviços realizados que passou de 98% para cerca de 99%.

| Indicadores Área 2 | 2023 | 2024 | Varição |
|--|------------|-------------|---------|
| Viaturas | 527 | 530 | 1% |
| % Viaturas novas sobre viaturas totais | - | 89% | - |
| Investimento global em 7 anos | - | €85 milhões | - |
| Kms | 24 022 000 | 26 677 540 | 11% |
| Carreiras | 290 | 273 | -6% |

A comercialização de serviços ocasionais e fixos foi abandonada a partir do final do primeiro semestre de 2022. A estratégia da empresa foi focar-se a 100% no serviço público, mais concretamente no novo Concurso da AML. Sendo que por essa mesma razão, não faz sentido compararmos os indicadores que apresentámos nos anos anteriores, mas sim começarmos a comparar apenas com os anos futuros.



2.4. Manutenção

A compra de cerca de 340 viaturas novas, para o Concurso da AML de Serviço Público do Lote 2, incluindo 40 veículos elétricos, permitiu que a idade média reduzisse quase 80% face a 2022, bem como a diminuição de 20% nos consumos de gasóleo.

Em consequência da expressiva redução da idade média da frota, verificou-se uma queda acentuada nos custos, apesar de ainda terem permanecido mais de 100 viaturas usadas na frota grande parte do ano.

De referir o enorme esforço de controlo de custos de manutenção, já iniciado no ano de 2023, baixando para cerca de €0.18 por km, incluindo custos com pessoal e sinistros (€0.9/Km).

| Indicadores da Frota | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|--|------|------|------|------|
| Custo de Manutenção / Veículo Km | 0.22 | 0.21 | 0.18 | 0.18 |
| Consumo de Gasóleo ^(Litros/100Km's) | 47,1 | 47 | 40 | 38 |

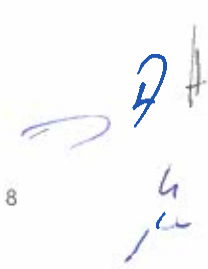
2.5. Recursos Humanos

Em meados de 2022, iniciou-se um processo de contratação de cerca de 200 motoristas no Brasil, culminado em março de 2023, de forma a fazer face ao aumento de oferta resultante do novo concurso de operação de serviço público da AML, Lote 2. Esse efeito é refletido no número de 2023, e a somar ao esforço de recrutamento nacional permitiu um aumento de 33% do número de motoristas no efetivo final.

Em 2023, verificando-se a necessidade de contínua contratação, iniciou-se um novo processo de contratação, agora em Cabo Verde, de 43 novos motoristas, que, em conjunto com as contratações nacionais, permitiu um aumento de 8% do número de efetivo final.

Em 2024, ocorreram 216 entradas e 150 saídas.

| Efetivo Médio por Grupo Funcional | 19/20 | 20/21 | 21/22 | 22/23 | 23/24 |
|-----------------------------------|--------|---------|---------|--------|--------|
| Motoristas | -0,40% | 3,30% | 18,70% | 32,83% | 7,95% |
| Manutenção | -4,00% | -15,20% | -30,25% | 2,04% | -4,99% |
| Outro Pessoal | -3,80% | -1,80% | -28,10% | 9,90% | -3,64% |
| Total | -1,30% | 0,90% | 10,06% | 27,67% | 5,45% |



O aumento de serviços pode estar na base do aumento dos acidentes rodoviários, bem como a entrada de mais de 216 novos motoristas, alguns com pouca experiência e sem conhecimento do tecido rodoviário dos municípios operados pela Rodoviária de Lisboa.

| Sinistralidade Automóvel | 19/20 | 20/21 | 21/22 | 22/23 | 23/24 |
|------------------------------|---------|--------|-------|---------|---------|
| Acidentes Rodoviários | -26,40% | -2,60% | 1,40% | 73,00% | 27,00% |
| Veículos Quilómetros | -13,90% | 8,54% | 0,55% | 34,00% | 11,00% |
| Espaçamento (V. Km/Acidente) | 16,90% | 10,30% | 7,40% | -22,70% | -12,47% |

Com o aumento do número de novos motoristas, foi alcançada uma ligeira diminuição da taxa de absentismo, apesar do elevado número de casos crónicos de longa duração. O aumento das horas de formação aumentou 20% face ao ano anterior.

| Indicadores de Motoristas | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|---------------------------|--------|--------|--------|-------|
| Taxa de Absentismo | 15,80% | 9,52% | 8.13% | 7.01% |
| Acidentes de Trabalho | 35 | 41 | 33 | 37 |
| Horas de Formação | 14 806 | 20 549 | 65 502 | 78 86 |

2.6. Referências

Ao terminar o presente Relatório de Gestão, o Conselho de Administração dirige uma palavra de agradecimento a todas as Entidades que colaboraram com a empresa ao longo do exercício de 2024.

Agradece aos membros da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal a disponibilidade demonstrada e a colaboração prestada no acompanhamento da atividade da empresa.

É essencial manifestar o reconhecimento às entidades do setor, à TML, às Câmaras Municipais, aos fornecedores e aos outros intervenientes do mercado.

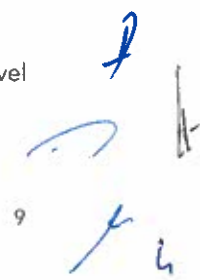
O Conselho de Administração manifesta, ainda, o seu agradecimento a todos os colaboradores que deram provas de grande disponibilidade e responsabilidade, num contexto social e económico exigente.

2.7. Perspetivas futuras

No exercício de 2025, o Conselho de Administração continuará a focar-se na eficiência operacional, com especial atenção ao controlo dos gastos e em particular aos combustíveis, cujo impacto tem sido significativo na estrutura de despesas da empresa.

Por outro lado, continuará a fazer-se uma aposta na aquisição de viaturas elétricas, para a substituição parcial da frota, cujos impactos serão significativos na redução dos gastos operacionais, quer ao nível de manutenção, quer ao nível dos combustíveis.

Encontra-se em negociação o aumento da oferta do serviço público, não sendo neste momento possível quantificar esse aumento.

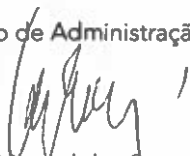


2.8. Proposta de aplicação de resultados

O Resultado Líquido do Exercício de 2024 apresentou um prejuízo de 2.107.823 euros. Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido Negativo seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 17 de Março de 2025

O Conselho de Administração



Humberto Manuel dos Santos Pedrosa



David Humberto Canas Pedrosa



Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos



Sérgio Sambade Nunes Rodrigues



Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa

Demonstrações financeiras do exercício

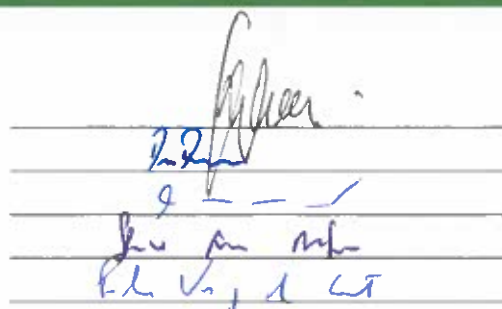
Balanço em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em Euros)

| Rubricas | Notas | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|-------|--------------------|-------------------|
| Ativo | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 4 | 2 736 587 | 4 146 914 |
| Ativos intangíveis | 6 | 58 594 | 121 565 |
| Outros investimentos financeiros | 7 | 91 907 | 91 907 |
| Ativos por impostos diferidos | 9.2 | 2 304 537 | 2 373 723 |
| Total do Ativo não Corrente | | 5 191 625 | 6 734 110 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 10 | 528 598 | 513 015 |
| Clientes | 11 | 211 766 | 312 080 |
| Estado e outros entes públicos | 12 | 1 896 675 | 1 804 078 |
| Acionistas / Sócios | 18 | 21 992 463 | 33 903 453 |
| Outros créditos a receber | 8 | 45 803 640 | 21 775 655 |
| Diferimentos | 13 | 293 260 | 489 770 |
| Caixa e depósitos bancários | 30 | 10 985 339 | 1 075 041 |
| Total do Ativo Corrente | | 81 711 741 | 59 873 092 |
| Total do Ativo | | 86 903 366 | 66 607 202 |
| Capital próprio | | | |
| Capital subscrito | 14.1 | 8 000 000 | 8 000 000 |
| Reservas legais | 14.2 | 906 293 | 906 293 |
| Resultados transitados | | (9 563 788) | (4 311 142) |
| Resultado líquido do período | | (2 107 823) | (5 252 646) |
| Total do Capital Próprio | | (2 765 318) | (657 496) |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões | 15 | 545 039 | 307 243 |
| Financiamentos obtidos | 16 | 22 097 650 | 25 144 880 |
| Responsabilidades por benefícios pós-emprego | 17 | 507 287 | 517 367 |
| Total do Passivo não Corrente | | 23 149 976 | 25 969 490 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 19 | 8 962 472 | 10 554 144 |
| Estado e outros entes públicos | 12 | 1 084 055 | 991 684 |
| Financiamentos obtidos | 16 | 3 253 645 | 3 390 899 |
| Empresas do grupo | 18 | 37 191 | 37 044 |
| Outras contas a pagar | 20 | 43 293 861 | 26 321 436 |
| Diferimentos | | 9 887 484 | |
| Total do Passivo Corrente | | 66 518 708 | 41 295 207 |
| Total do Passivo | | 89 668 684 | 67 264 697 |
| Total do Capital Próprio e Passivo | | 86 903 366 | 66 607 202 |

Conselho de Administração

| | |
|------------|--|
| Presidente | Humberto Manuel dos Santos Pedrosa |
| Vogal | David Humberto Canas Pedrosa |
| Vogal | Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos |
| Vogal | Sérgio Sambade Nunes Rodrigues |
| Vogal | Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa |



Contabilista Certificado

António João Morgado Almeida



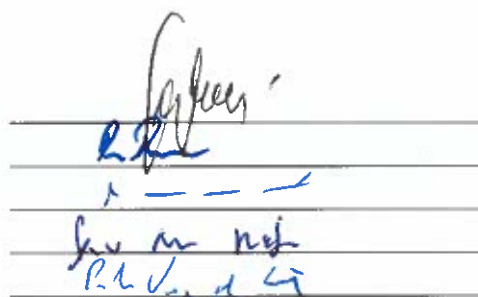
Demonstração dos resultados por natureza em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em Euros)

| Rendimentos e Gastos | Notas | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|---|-------|--------------------|--------------------|
| Vendas e serviços prestados | 21 | 82 164 458 | 69 510 040 |
| Subsídios à Exploração | | 13 114 | 963 270 |
| Trabalhos para a própria entidade | | | 178 303 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 10 | (10 764 136) | (11 689 015) |
| Fornecimentos e serviços externos | 22 | (31 699 172) | (26 892 475) |
| Gastos com o pessoal | 23 | (38 602 767) | (34 073 234) |
| Imparidade de inventários (perdas/reversões) | 10 | (5 994) | (1 741) |
| Provisões | 15 | (237 796) | 104 946 |
| Aumentos/reduções de justo valor | | | 22 |
| Outros rendimentos e ganhos | 24 | 2 476 353 | 2 144 715 |
| Outros gastos e perdas | 25 | (1 090 264) | (939 514) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) | | 2 253 796 | (691 202) |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 26 | (1 517 142) | (2 766 863) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT) | | 736 654 | (3 458 065) |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 27 | 106 000 | 115 450 |
| Juros e gastos similares suportados | 27 | (2 844 100) | (1 830 451) |
| Resultado antes de impostos (EBT) | | (2 001 446) | (5 173 066) |
| Imposto sobre o rendimento do período | 9.1 | (106 377) | (79 580) |
| Resultado líquido do período | | (2 107 823) | (5 252 646) |

Conselho de Administração

| | |
|------------|--|
| Presidente | Humberto Manuel dos Santos Pedrosa |
| Vogal | David Humberto Canas Pedrosa |
| Vogal | Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos |
| Vogal | Sérgio Sambade Nunes Rodrigues |
| Vogal | Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa |



Contabilista Certificado

António João Morgado Almeida








Demonstração das alterações no Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em Euros)

| Rubricas | Notas | Capital Realizado | Reservas legais | Resultados Transitados | Excedentes Revalorização e outras variações | Resultado líquido do período | Total do Capital Próprio |
|--|-----------|-------------------|-----------------|------------------------|---|------------------------------|--------------------------|
| Saldo a 31 de Dezembro de 2022 | 14 | 8 000 000 | 906 293 | (1 950 913) | 13 820 | (2 360 229) | 4 608 971 |
| Alterações no período | | | | | | | |
| Aplicação resultado líquido do período findo em 31/12/2022 | | - | - | (2 360 229) | - | 2 360 229 | - |
| Outras alterações reconhecidas no capital próprio | | - | - | - | (13 820) | - | (13 820) |
| Resultado líquido do período findo em 31/12/2023 | | - | - | - | - | (5 252 646) | (5 252 646) |
| Saldo a 31 de Dezembro de 2023 | 14 | 8 000 000 | 906 293 | (4 311 142) | | (5 252 646) | (657 496) |
| Alterações no período | | | | | | | |
| Aplicação resultado líquido do período findo em 31/12/2023 | | - | - | (5 252 646) | - | 5 252 646 | - |
| Resultado líquido do período findo em 31/12/2024 | | - | - | - | - | (2 107 823) | (2 107 823) |
| Saldo a 31 de Dezembro de 2024 | 14 | 8 000 000 | 906 293 | (9 563 788) | | (2 107 823) | (2 765 318) |

Conselho de Administração

| | |
|------------|--|
| Presidente | Humberto Manuel dos Santos Pedrosa |
| Vogal | Davis Humberto Canas Pedrosa |
| Vogal | Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos |
| Vogal | Sérgio Sambade Nunes Rodrigues |
| Vogal | Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa |

Contabilista Certificado

António João Morgado Almeida



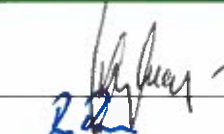

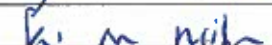


Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Montantes expressos em Euros)

| Rubricas | Notas | 31.12.2024 | 31.12.2023 |
|--|-------|---------------------|--------------------|
| Atividades operacionais | | | |
| Recebimentos de clientes | | 69 427 756 | 59 289 352 |
| Pagamento a fornecedores | | (62 735 845) | (44 475 685) |
| Pagamentos ao pessoal | | (25 051 552) | (16 688 453) |
| Caixa gerada pelas operações | | (18 359 641) | (1 874 786) |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | | 3 855 318 |
| Outros recebimentos/pagamentos | | 5 937 074 | 5 130 613 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais (1) | | (12 422 567) | 7 111 145 |
| Atividades de investimento | | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Ativos fixos tangíveis e intangíveis | | (44 529) | (1 372 627) |
| | | (44 529) | (1 372 627) |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Ativos fixos tangíveis | | 720 124 | 110 626 |
| | | 720 124 | 110 626 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento (2) | | 675 595 | (1 262 000) |
| Atividades de financiamento | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Financiamentos obtidos | | 23 910 991 | (6 300 000) |
| | | 23 910 991 | (6 300 000) |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Financiamentos obtidos | | (393 056) | 2 366 898 |
| Juros e gastos similares | | (1 859 665) | (1 646 150) |
| | | (2 252 721) | 720 748 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3) | | 21 658 270 | (5 579 252) |
| Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | 9 911 298 | 269 893 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 30 | 1 074 041 | 805 149 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 30 | 10 985 339 | 1 075 041 |

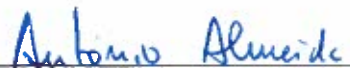
Conselho de Administração

| | |
|------------|--|
| Presidente | Humberto Manuel dos Santos Pedrosa |
| Vogal | David Humberto Canas Pedrosa |
| Vogal | Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos |
| Vogal | Sérgio Sambade Nunes Rodrigues |
| Vogal | Pedro Miguel de Bastos Veiga da Costa |

Contabilista Certificado

António João Morgado Almeida



Anexo às demonstrações financeiras

Handwritten signature and initials

1. Nota Introdutória

A Rodoviária de Lisboa, S.A., (referida no relatório como “RL”, ou “Empresa”), foi constituída em 12 de maio de 1995 e a sua sede situa-se em Lisboa, no Edifício Campo Grande, 382 C, 1º, freguesia de Alvalade. A RL tem como objeto social, a exploração de transportes públicos rodoviários de passageiros e de mercadorias e, acessoriamente, a exploração de serviços e realização de operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto, assim como a prestação de consultadoria e gestão operacional no âmbito do setor de transportes rodoviários de passageiros e mercadorias, incluindo a aquisição de participações sociais em outras sociedades.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos vigentes nas normas.

De referir que as demonstrações financeiras estão, ainda, sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O capital social da RL é integralmente detido pela Barraqueiro Transportes, empresa detida maioritariamente pela Barraqueiro SGPS, S.A apresentando-se esta última como a empresa mãe da RL.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas explanadas no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”) e respetivas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e respetivas interpretações técnicas (“IFRIC”) adotadas na União Europeia.

A preparação das demonstrações financeiras da RL exige que a Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total de ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento, complexidade

ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são referidos nas políticas contabilísticas correspondentes.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, ou pela aplicação do justo valor quando especificamente indicado nas políticas contabilísticas.

No decorrer do exercício a que respeitam as demonstrações financeiras, não existiram quaisquer situações que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os do exercício anterior.

Não se verificaram quaisquer erros ou omissões com impacto nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024, relacionadas com o período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos e com base no SNC e NCRF.

As demonstrações financeiras da RL e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional).

3.2 Reconhecimento do rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos atribuídos.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados pelo método do custo deduzindo as respetivas depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O seu custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade de os ativos gerarem benefícios económicos futuros, são capitalizados no custo do ativo. Os restantes encargos de manutenção corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estão disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação são utilizadas de acordo com os seguintes períodos de vida útil.

| | Vida útil |
|-------------------------------|-----------|
| Beneficiações prédios alheios | 3 |
| Equipamento básico: | |
| Viaturas novas | 8 |
| Viaturas usadas | 4 |
| Outro equipamento básico | 3 - 7 |
| Equipamento de transporte | 4 |
| Equipamento administrativo | 3 - 10 |
| Outros ativos fixos tangíveis | 3 - 10 |

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração de resultados prospectivamente.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registadas no início da locação financeira pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igual numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente: despesas com projetos de desenvolvimento, programas de computador e propriedade industrial (exceto concessões) e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período compreendido entre 3 e 6 anos.

3.6 Investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas

Os investimentos em empresas subsidiárias, objeto de consolidação contabilística no grupo pelo método da consolidação integral, são registados pelo método do custo, de acordo com o preconizado nas Normas Internacionais de Contabilidade.

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas, (participações iguais ou superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi ajustado para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

Quando a proporção da RL nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a RL retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no exercício em que são atribuídos.

Os investimentos noutras empresas (participações inferiores a 20%) são registados pelo custo de aquisição.

3.7 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados

necessários para efetuar a venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.8 Créditos a receber de clientes e outras entidades

Os créditos a receber de clientes e outras entidades são reconhecidos inicialmente ao justo valor, deduzido de perdas de imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há uma evidência objetiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as suas condições originais.

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre o valor inicialmente registado e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juro efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do exercício em que são estimadas.

3.9 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos".

3.10 Imparidade de ativos

Em cada data de balanço, é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades, nomeadamente das quais resulte um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração de resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade, reconhecida em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados, na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.11 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subsequentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os exercícios necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que são recebidos.

3.12 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente registados pelo seu justo valor deduzido dos gastos de transação incorridos. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se existir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13 Provisões

São reconhecidas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data do relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

3.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Os passivos contingentes são definidos como obrigações possíveis que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou obrigações presentes que surgem de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou porque a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação nas demonstrações financeiras.

3.15 Benefícios pós-emprego

A RL procede ao pagamento a ex-colaboradores na situação de reforma, de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.

Em cada data de relato, mantém-se registada uma provisão para esse efeito constituída com base num estudo atuarial elaborado por uma entidade especializada e independente, que quantifica as responsabilidades pelo pagamento de complementos de pensões aos trabalhadores em situação de reforma à data em que a Empresa foi adquirida ao Estado português. A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, obtém-se um estudo atuarial a 31 de Dezembro de cada ano e ajusta-se a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades, por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

3.16 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes e dos impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo, quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato, é efetuada uma revisão

desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação que estejam formal ou substancialmente emitidas nas datas de relato.

3.17 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados nas rubricas de diferimentos.

3.18 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.19 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificados como tal.

3.20 Matérias ambientais

A Empresa efetua a monitorização adequada das questões ambientais que resultem do desenvolvimento da sua atividade. Devido à atividade da Empresa, os riscos ambientais estão relacionados maioritariamente com a emissão de gases e gestão de resíduos (óleos). Contudo, não é exetável que dos mesmos decorram passivos ambientais significativos. Os encargos de carácter ambiental incorridos pela Empresa são, dependendo das suas características, capitalizados ou reconhecidos como gastos nos resultados operacionais do período em que são incorridos.

3.21 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

A Entidade apresentou um resultado líquido negativo de 2.107.823 euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (resultado líquido negativo de 5.252.646 euros em 31 de dezembro de 2023), apresentando ainda um capital próprio negativo de 2.765.318 euros à data de balanço.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas políticas contabilísticas segundo o princípio da continuidade. Este princípio presume que a Empresa irá continuar a receber o suporte da Empresa mãe (Barraqueiro SGPS), e a realização dos ativos e a liquidação das obrigações irão decorrer no normal curso de negócio, dado que a Empresa mãe está comprometido em reforçar o capital e dar suporte financeiro à sua entidade subsidiária, bem como é expectável a realização de operações lucrativas a prazo. Por outro lado, é forte convicção do Conselho de Administração da RL que o pedido de reequilíbrio económico financeiro, em cerca de 32 milhões de euros, seja obtido até meados de 2025.

3.22 Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa exige que a Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O SNC estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efetue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pela Empresa, são analisadas como segue:

3.22.1 Imparidade de créditos a receber

A Empresa reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos fatores, podendo os resultados efetivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efetivas.

A Administração, considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

3.22.2 Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

A Empresa reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos ativos fixos tangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do ativo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

3.22.3 Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia, a cada data de relato se um determinado ativo está em imparidade. Se existir imparidade, a Empresa estima a respetiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o seu valor é reduzido para a quantia recuperável.

A cada data de balanço, a Empresa reavalia se existe alguma indicação de que uma perda por imparidade, anteriormente reconhecida, possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a Empresa estima a quantia recuperável do ativo e, reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nos pressupostos usados para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

3.22.4 Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela Empresa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Empresa, sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é suscetível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da Empresa durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRC e IVA, eventuais correções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a Empresa se encontra sujeita, pelo que eventuais correções à matéria coletável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

3.23 Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detetados erros que motivem a expressão das quantias comparativas.

4. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

| Rubricas | Edifícios e outras construções | Equipamento básico | Equipamento de transporte | Equipamento administrativo | Outros ativos fixos tangíveis | Ativos fixos tangíveis em curso | Total |
|--|--------------------------------|--------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------------------|-------------------|
| Custo de aquisição | | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2023 | 348 483 | 26 101 850 | 357 146 | 223 846 | 772 439 | 750 259 | 28 554 022 |
| Aquisições | 61 584 | | 105 204 | | 8 040 | 350 811 | 525 638 |
| Alienações | | -5 646 466 | -34 708 | | | | -5 681 174 |
| Abates | | | | | | | 0 |
| Transferências | 270 654 | 785 042 | | | | -1 055 696 | 0 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 680 721 | 21 240 426 | 427 641 | 223 846 | 780 479 | 45 373 | 23 398 486 |
| Aquisições | | 54 000 | | | | | 54 000 |
| Alienações | | -3 433 040 | | | | | -3 433 040 |
| Abates | | | | | | | 0 |
| Transferências | | 45 373 | | | | -45 373 | 0 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 680 721 | 17 906 759 | 427 641 | 223 846 | 780 479 | 0 | 20 019 446 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2023 | 106 238 | 20 930 979 | 209 979 | 197 133 | 655 303 | 0 | 22 099 631 |
| Depreciações do exercício - Nota 27 | 60 660 | 2 499 366 | 43 749 | 11 850 | 49 628 | | 2 665 252 |
| Alienações | | -5 478 603 | -34 708 | | | | -5 513 312 |
| Abates | | | | | | | 0 |
| Transferências | | | | | | | 0 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 166 898 | 17 951 741 | 219 019 | 208 983 | 704 930 | 0 | 19 251 572 |
| Depreciações do exercício - Nota 27 | 65 674 | 1 300 748 | 47 101 | 7 131 | 33 517 | | 1 454 170 |
| Alienações | | -3 422 883 | | | | | -3 422 883 |
| Abates | | | | | | | 0 |
| Transferências | | | | | | | 0 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 232 572 | 15 829 605 | 266 120 | 216 114 | 738 447 | 0 | 17 282 859 |
| <i>Valor líquido em 31 de dezembro de 2023</i> | <i>513 823</i> | <i>3 288 685</i> | <i>208 622</i> | <i>14 863</i> | <i>75 549</i> | <i>45 373</i> | <i>4 146 914</i> |
| <i>Valor líquido em 31 de dezembro de 2024</i> | <i>448 148</i> | <i>2 077 154</i> | <i>161 521</i> | <i>7 732</i> | <i>42 032</i> | <i>0</i> | <i>2 736 587</i> |

Os movimentos ocorridos nesta rubrica resumem-se essencialmente à alienação de equipamento básico, registados por 3,4 ME.

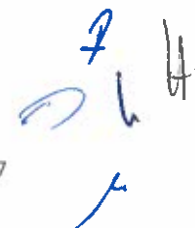
As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

5. Locações

Em 2024, a empresa não celebrou qualquer contrato de Leasing. Os bens adquiridos em regime de locação financeira respeitam essencialmente a veículos pesados de passageiros que se refletem no quadro seguinte:

| Descrição | Ano de 2024 | | Ano de 2023 | |
|------------------------|--------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|
| | Custo de aquisição | Depreciações acumuladas | Quantia escriturada | Quantia escriturada |
| Equipamento básico | 14 657 638 | 12 516 144 | 2 141 494 | 2 776 061 |
| Equipamento transporte | 140 701 | 10 685 | 130 016 | 54 016 |
| | 14 798 339 | 12 526 829 | 2 271 510 | 2 830 077 |

6. Ativos Intangíveis



Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

| Rubricas | Trespasse | Projetos de | Programas de | Propriedade | Ativos fixos | Total |
|---|-----------|-----------------|--------------|-------------|----------------------|---------|
| | -Goodwill | desenvolvimento | computador | industrial | intangíveis em curso | |
| Custo de aquisição | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2023 | 0 | 15 000 | 530 609 | 0 | 44 106 | 589 714 |
| Aquisições | | | 52 361 | | | 52 361 |
| Abates/trf para Capital | | | | | | 0 |
| Transferências | | | 44 106 | | -44 106 | 0 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 0 | 15 000 | 627 076 | 0 | 0 | 642 075 |
| Aquisições | | | | | | 0 |
| Abates/trf para Capital | | | | | | 0 |
| Transferências | | | | | | 0 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 0 | 15 000 | 627 076 | 0 | 0 | 642 075 |
| Amortizações acumuladas | | | | | | |
| Saldo em 1 de janeiro de 2023 | 0 | 15 000 | 403 900 | 0 | - | 418 899 |
| Amortizações do exercício - nota 27 | | | 101 610 | | | 101 610 |
| Abates | | | | | | 0 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 0 | 15 000 | 505 510 | 0 | - | 520 510 |
| Amortizações do exercício - nota 27 | | | 62 972 | | | 62 972 |
| Abates | | | | | | 0 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 0 | 15 000 | 568 482 | 0 | - | 583 482 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2023 | 0 | 0 | 121 566 | 0 | 0 | 121 565 |
| Valor líquido em 31 de dezembro de 2024 | 0 | 0 | 58 594 | 0 | 0 | 58 594 |

7. Investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas

Na rubrica de investimentos financeiros em outras empresas, ao custo de aquisição encontram-se registado o valor da participação ao Fundo de compensação salarial (83.407 euros) e as seguintes participações:

| Entidades | Sede | % detida | Quantia escriturada 2024 | Quantia escriturada 2023 |
|---------------------------------------|----------|----------|--------------------------|--------------------------|
| Norgarante - Soc. Garantia Mútua, S.A | Porto | 0,58% | 4 250 | 4 250 |
| Garval - Soc. Garantia Mútua, S.A. | Santarém | 0,75% | 4 250 | 4 250 |



8. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Outras créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

| Ativo corrente | 2024 | | |
|---|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | Quantia bruta | Perdas por imparidade | Quantia Líquida |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 52 873 800 | - 9 217 658 | 43 656 142 |
| Pessoal | 265 704 | | 265 704 |
| Outros créditos a receber | 1 881 793 | | 1 881 793 |
| Total | 55 021 298 | - 9 217 658 | 45 803 640 |

| Ativo corrente | 2023 | | |
|---|-------------------|-----------------------|-------------------|
| | Quantia bruta | Perdas por imparidade | Quantia Líquida |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 27 896 641 | - 8 706 768 | 19 189 873 |
| Pessoal | 313 770 | | 313 770 |
| Outros créditos a receber | 3 337 342 | - 1 065 331 | 2 272 012 |
| Total | 31 547 754 | - 9 772 099 | 21 775 655 |

A rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos" apresentava a seguinte composição:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---|-------------------|-------------------|
| Diferença entre as validações e a receita | 8 769 214 | 8 769 214 |
| Prestações de serviço a faturar | 18 576 | |
| Titulos de transporte a receber | | |
| Outros acréscimos de rendimentos | 44 086 010 | 19 127 427 |
| Total | 52 873 800 | 27 896 641 |

O saldo da rubrica de "Diferença entre as validações e a receita" diz respeito à compensação financeira e à repartição das receitas do multimodal estimada a receber do Estado, pela obrigação tarifária

imposta pelos preços sociais dos títulos de transporte, referentes aos anos de 2014 a 2016. O valor reconhecido correspondia à diferença entre os valores estimados a receber do Estado para aqueles anos e os valores recebidos do Estado, os quais se encontravam ainda sujeitos a revisão. Foi registada uma perda por imparidade, no montante de 8.706.768 euros.

A rubrica "Outras contas a receber" em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, apresentava-se como se segue:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Receita de carreiras | 563 523 | 1 293 735 |
| Devedores de cobrança duvidosa | 228 653 | 16 387 |
| Devedores Gerais | 73 902 | 2 272 |
| Devedores Empresas do Grupo | 133 203 | 64 032 |
| Depósitos de garantia | 18 678 | 18 678 |
| Outros devedores | 863 834 | 1 942 238 |
| Total | 1 881 793 | 3 337 342 |

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

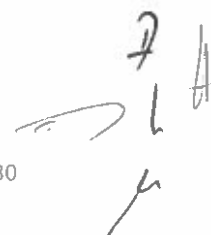
Relativamente à rubrica "Receita de carreiras", foi registada uma perda por imparidade, no montante de 440.401 euros.

9. Imposto sobre o rendimento

9.1. Imposto corrente

A RL encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC à taxa normal de 21%, acrescida de uma Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e de uma Derrama Estadual de 3% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros, de 5% aplicável sobre o lucro tributável entre 7,5 milhões de euros e 35 milhões de euros e de 9% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 35 milhões de euros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2024 poderão vir a ser sujeitas a revisão.



A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das Autoridades Fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2024.

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação base fiscal.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 detalham-se conforme segue:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|-----------------------------------|-----------------|----------------|
| Imposto sobre o rendimento | | |
| Imposto corrente | | |
| Tributação autónoma | -37 191 | -37 044 |
| <i>Subtotal</i> | <i>-37 191</i> | <i>-37 044</i> |
| Impostos diferidos | | |
| Ativos | | |
| Passivos | -69 186 | -42 536 |
| <i>Subtotal</i> | <i>-69 186</i> | <i>-42 536</i> |
| Total | -106 377 | -79 580 |

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Resultado Líquido | -2 107 823 | -5 173 066 |
| Despesas não dedutíveis | 2 519 467 | 1 169 522 |
| Rendimentos não tributáveis | -1 015 408 | -3 437 897 |
| Prejuízo Fiscal | -603 764 | -7 441 441 |
| Tributação autónoma | 37 191 | 37 044 |
| Imposto corrente | 37 191 | 37 044 |



9.2. Imposto diferido

Os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto. O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Saldo inicial | 2 373 723 | 2 416 259 |
| <i>Movimentos do exercício:</i> | | |
| Perdas de imparidade | | |
| Provisões do exercício | -69 186 | -42 536 |
| Saldo final | 2 304 537 | 2 373 723 |

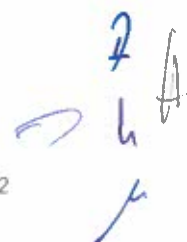
O impacto dos movimentos, em resultados, na rubrica de impostos, foi de 69.186 euros, em 2024.

10. Inventários

O detalhe dos inventários em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 é como se segue:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Bens e materiais de consumo | 536 551 | 514 974 |
| Imparidade de inventários | -7 953 | -1 959 |
| Total | 528 598 | 513 015 |

O valor do inventário respeita essencialmente a gasóleo existente nas bombas próprias em 31 de Dezembro de 2024. O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido na demonstração de resultados foi apurado como segue:



| Descrição | 2024 | 2023 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 504 572 | 453 995 |
| Compras | 10 695 648 | 11 592 285 |
| Regularização de inventários | 92 514 | 147 307 |
| Saldo final | 528 598 | 504 572 |
| Total | 10 764 136 | 11 689 015 |

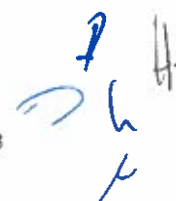
Ao valor das compras de gasóleo foi subtraído a quantia prevista de devolução de ISP (cerca de um milhão de euros).

11. Clientes

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o detalhe de clientes apresenta-se conforme se segue:

| Descrição | 2024 | | |
|-------------------------------|----------------|-----------------------|-----------------|
| | Quantia bruta | Perdas por imparidade | Quantia Líquida |
| Clientes, conta corrente | 131 485 | | 131 485 |
| Clientes - Empresas do Grupo | 80 281 | | 80 281 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 108 126 | -108 126 | 0 |
| Total | 319 893 | -108 126 | 211 766 |

| Descrição | 2023 | | |
|-------------------------------|----------------|-----------------------|-----------------|
| | Quantia bruta | Perdas por imparidade | Quantia Líquida |
| Clientes, conta corrente | 90 354 | | 90 354 |
| Clientes - Empresas do Grupo | 221 725 | | 221 725 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 108 126 | -108 126 | 0 |
| Total | 420 206 | -108 126 | 312 080 |



Não foi registada qualquer variação nas perdas por imparidade acumuladas de clientes. Os valores registados decompõem-se como segue:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 108 126 | 108 126 |
| Movimentos do exercício: | | |
| Aumentos | | |
| Utilização | | |
| Saldo final | 108 126 | 108 126 |

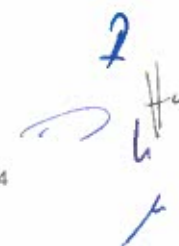
Por último, importa referir que não existem diferenças entre os valores registados e o seu justo valor.

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, os saldos de impostos a receber e a pagar decompõem-se como segue:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--|------------------|------------------|
| Ativo corrente: | | |
| Imposto Valor Acrescentado - IVA | 1 896 675 | 1 804 078 |
| Total do ativo corrente | 1 896 675 | 1 804 078 |
| Passivo corrente: | | |
| Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares - IRS | 200 849 | 235 689 |
| IVA a pagar | | 0 |
| Contribuições para Segurança Social | 883 206 | 755 996 |
| Outras tributações | | 0 |
| Total do passivo corrente | 1 084 055 | 991 684 |

No final de 2024, a RL não tem dívidas correntes à Segurança Social e a qualquer outra entidade pública.



13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 encontram-se registados nas rubricas "Diferimentos", no ativo e no passivo, os seguintes saldos:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Diferimentos ativos: | | |
| Encargos Financeiros | 85 901 | 55 483 |
| Rendas e Seguros | 192 897 | 88 572 |
| Outros | 14 463 | 345 715 |
| Total dos diferimentos ativos | 293 260 | 489 770 |

14. Capital próprio e subsídios do Governo

14.1 Capital social

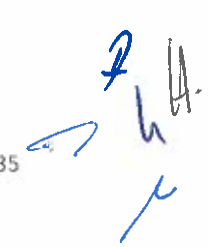
Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 o capital da RL, totalmente subscrito e realizado era composto por 1.600.000 ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

O capital social da RL é integralmente detido pela Barraqueiro Transportes, empresa detida maioritariamente pela Barraqueiro SGPS, S.A apresentando-se esta última como a empresa mãe da RL.

No presente exercício de 2024, o resultado líquido negativo de 2023 foi transferido na sua totalidade (5.252.646 euros) para a rubrica de Resultados transitados.

14.2 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.



15. Provisões e garantias

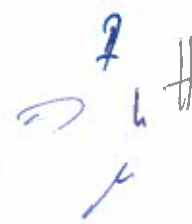
Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, verificou-se o seguinte movimento na rubrica de provisões:

| Descrição | Processos judiciais | Outras provisões | Total |
|---|---------------------|------------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 73 900 | 378 606 | 452 506 |
| <i>Movimentos do exercício:</i> | | | |
| Aumentos | 317 | | 317 |
| Transferência para perda por imparidade | | | |
| Reversões/utilizações | -40 317 | -105 263 | -145 580 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 33 900 | 273 343 | 307 243 |
| <i>Movimentos do exercício:</i> | | | |
| Aumentos | 12 000 | 360 383 | 372 383 |
| Reversões/utilizações | -9 000 | -125 587 | -134 587 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 36 900 | 508 139 | 545 039 |

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a RL tinha prestado garantias bancárias a terceiros, evidenciadas como segue:

| Entidade | 2024 | 2023 |
|--|------------------|------------------|
| Tribunal de Trabalho de Loures | 53 313 | 51 195 |
| Tribunal Família Menores Comarca de Loures | 77 387 | 77 387 |
| Tribunal Judicial Comarca de Lisboa Norte | 7 255 | 7 255 |
| Autoridade das Condições de Trabalho | 44 240 | 44 240 |
| Município de Odivelas | 35 491 | 35 491 |
| Lisgarante | 1 661 736 | 2 525 903 |
| Total | 1 879 422 | 2 741 470 |

As garantias bancárias prestadas à ordem do Tribunal de Trabalho de Loures são destinadas a garantir o cumprimento da obrigação de pagamento de pensões de acidente de trabalho.



16. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica Financiamentos obtidos apresentava as seguintes composições:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| <i>Não corrente:</i> | | |
| Empréstimos bancários | 13 907 639 | 15 065 972 |
| Locação financeira | 5 900 000 | 4 436 168 |
| Contas caucionadas | 2 290 010 | 5 642 739 |
| Total | 22 097 650 | 25 144 880 |
| <i>Corrente:</i> | | |
| Descobertos bancários | | |
| Empréstimos bancários | 1 158 333 | 1 158 333 |
| Locação financeira | 2 095 312 | 2 232 566 |
| Total | 3 253 645 | 3 390 899 |

As contas caucionadas estão classificadas como dívidas a instituições de crédito a médio e longo prazo uma vez que se prevê a sua renovação automática.

17. Benefícios pós-emprego

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de benefícios pós-emprego, respeitante aos colaboradores:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|----------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 517 367 | 561 153 |
| Aumentos | | |
| Reposição | -10 080 | -43 786 |
| Saldo final | 507 287 | 517 367 |

Conforme indicado na nota 3.16., a RL assumiu o compromisso relativamente ao pagamento de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social, respeitante aos colaboradores em situação de reforma à data da privatização, ou seja, em 1995.

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos, efetuada pela BPI Vida e Pensões - Companhia de Seguros, S.A., referem-se a 31 de Dezembro de 2024 e têm como base a informação de carácter individual sobre os reformados da RL, disponibilizada em Dezembro de 2024.

Os benefícios pós-emprego do ano de 2024 tiveram uma redução de 10.080 euros.

18. Empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

Saldos devedores

| Descrição | 2024 | 2023 |
|------------------------|------------|------------|
| Barraqueiro SGPS, S.A. | 21 992 463 | 33 903 453 |

Saldos credores

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---|--------|--------|
| Regime especial de tributação de grupos de sociedades | 37 191 | 37 044 |

19. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o detalhe das contas de fornecedores são conforme segue:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--|------------------|-------------------|
| Fornecedores · conta corrente | 7 266 883 | 6 501 909 |
| Fornecedores · empresas do grupo | 1 654 751 | 4 041 113 |
| Fornecedores Gerais · faturas em receção e conferência | 40 838 | 11 122 |
| Total | 8 962 472 | 10 554 144 |

7
6A
/

20. Outras contas a pagar e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Pessoal | 344 292 | 217 360 |
| Fornecedores de investimento | 66 420 | 46 380 |
| Credores por acréscimos de gastos | 7 873 900 | 10 046 339 |
| Outros credores | 35 009 250 | 16 011 356 |
| Total | 43 293 861 | 26 321 436 |

A conta de fornecedores de investimento refere-se ao valor em dívida por conta de aquisição de bens e serviços relacionados com ativos fixos tangíveis, nomeadamente aquisição de viaturas usadas e beneficiações.

A rubrica "Credores por acréscimos de gastos" apresenta a seguinte composição:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---|------------------|-------------------|
| Remuneração férias, subsidio férias e encargos sociais | 3 321 463 | 2 821 240 |
| Remunerações variáveis e encargos sociais | 556 315 | 461 567 |
| Juros e encargos a liquidar | 108 207 | 48 698 |
| Fornecimentos e serviços externos a liquidar | 3 687 916 | 6 635 094 |
| Outros | 200 000 | 79 740 |
| Total | 7 873 900 | 10 046 339 |

O saldo da primeira rubrica do quadro anterior refere-se à remuneração de férias, subsidio de férias e respetivos encargos sociais que se vencem para pagamento no ano de 2025.

A rubrica “Outros credores” decompõe-se como segue:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Credores extra exploração | 10 670 | 481 398 |
| Receitas de carreiras | | 135 553 |
| Empresas interv. em passes | | |
| Agentes | | |
| Diversos credores | 34 998 580 | 15 394 405 |
| Total | 35 009 250 | 16 011 356 |

O saldo da rubrica de Diferimentos respeita ao adiantamento realizado pela TML, dos pagamentos por conta de Janeiro e Fevereiro de 2025.

21. Rédito

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de serviços prestados apresentava a seguinte composição:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---|-------------------|-------------------|
| Serviços regulares transporte de passageiros | 81 984 058 | 69 494 640 |
| Serviços de aluguer de autocarros de passageiros | 180 400 | 15 400 |
| Total | 82 164 458 | 69 510 040 |

Handwritten signature and initials in blue ink.

22. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios de 2024 e 2023 é detalhada conforme segue:

| Rubricas | 2024 | 2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Serviços especializados: | | |
| Encargos da Sede | 1 281 835 | 1 131 465 |
| Outros trabalhos especializados | 3 367 419 | 2 590 599 |
| Publicidade e propaganda | 12 107 | 949 |
| Vigilância e segurança | 587 208 | 560 665 |
| Honorários | 36 435 | 44 895 |
| Comissões | 819 853 | 514 278 |
| Fornecimentos | 211 498 | 623 461 |
| Serviços | 3 346 825 | 2 323 936 |
| Materiais: | | |
| Ferramentas e utensílios desgaste rápido | 9 384 | 27 088 |
| Outros | 123 919 | 225 766 |
| Energia e fluidos: | | |
| Eletricidade | 334 086 | 123 653 |
| Gasolina | 2 422 | 5 555 |
| Gasóleo | 3 966 741 | 3 923 636 |
| Gás | 266 | 1 661 |
| Água | 22 151 | 240 |
| Outros | 146 875 | 85 299 |
| Deslocações, estadas e transportes: | | |
| Alojamento no continente | | 885 |
| Alojamento no estrangeiro | 10 610 | 12 180 |
| Alimentação no continente | 3 133 | 5 303 |
| Deslocação com viatura própria | 12 802 | 15 542 |
| Transporte de pessoal | 2 901 | 2 719 |
| Serviços Diversos: | | |
| Rendas e alugueres | 14 045 313 | 12 603 573 |
| Comunicação | 308 791 | 245 111 |
| Seguros de viaturas e outros | 2 459 344 | 1 438 620 |
| Contencioso e Notariado | 27 977 | 33 429 |
| Limpeza, higiene e conforto | 2 989 | 60 906 |
| Despesas de representação | 2 889 | 3 102 |
| Outros serviços | 553 401 | 287 960 |
| Total | 31 699 172 | 26 892 475 |

Os valores reconhecidos nestas rubricas referem-se a gastos com atividade operacional da empresa. A variação ocorrida reflete o aumento da atividade da Empresa em consequência da Oferta da TML, no âmbito da operação Carris Metropolitana.



23. Gastos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava o seguinte detalhe:

| Rubricas | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Remunerações do pessoal | 32 495 251 | 28 580 918 |
| Indemnizações | 54 557 | 192 400 |
| Encargos sobre remunerações | 4 696 396 | 3 991 124 |
| Seguro de acidentes de trabalho | 378 822 | 304 736 |
| Gastos de ação social | 74 733 | 68 515 |
| Outros gastos | 903 009 | 935 541 |
| Total | 38 602 767 | 34 073 234 |

Durante os períodos de 2024 e 2023, o número médio de pessoal foi de 931 e 900 empregados, respetivamente. O aumento do efetivo é justificado pela necessidade de cumprimento do aumento da Oferta resultante dos novos concursos de operação de serviço público da AML.

24. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2024 e 2023, apresenta-se conforme se segue:

| Rubricas | 2024 | 2023 |
|--|------------------|------------------|
| Rendimentos suplementares | 561 348 | 271 735 |
| Descontos pronto pagamento | 660 | 7 106 |
| Ganhos em inventários | 119 941 | 263 659 |
| Rendimentos e ganhos restantes investimentos financeiros | | |
| Rendimentos e ganhos restantes investimentos não financeiros | 1 716 247 | 1 264 485 |
| Subsídio para investimentos | | 17 832 |
| Outros | 78 157 | 319 897 |
| Total | 2 476 353 | 2 144 715 |

Na Rubrica “Rendimentos e ganhos” está incluído o valor das mais valias obtidas com a venda de viaturas pesadas de passageiros.

25. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "Outros gastos e perdas" apresentava o seguinte detalhe:

| Rubricas | 2024 | 2023 |
|--|------------------|----------------|
| Sinistros de exploração | 887 080 | 722 013 |
| Impostos e taxas | 25 749 | 35 509 |
| Quotizações | 20 693 | 21 529 |
| Dívidas incobráveis | | |
| Perdas em inventários | 27 427 | 116 351 |
| Gastos e perdas em investimentos n/financeiros | | 8 734 |
| Multas fiscais e não fiscais e penalidades | 4 101 | 5 018 |
| Outros | 125 214 | 30 360 |
| Total | 1 090 264 | 939 514 |

O aumento da oferta teve como consequência o aumento da produção de quilómetros por viatura que por sua vez implica ao aumento da probabilidade de ocorrência de sinistros. O aumento registado na rubrica de "sinistros de exploração" reflete o aumento da sinistralidade verificado.

26. Depreciações

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, os "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" incluíam:

| Rubrica | 2024 | 2023 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Ativos fixos tangíveis - Nota 4 | 1 454 170 | 2 665 252 |
| Ativos intangíveis - Nota 6 | 62 972 | 101 610 |
| Total | 1 517 142 | 2 766 863 |

Grande parte da frota da Empresa encontra-se em regime de locação operacional, não gerando depreciações.

27. Juros e outros rendimentos e gastos similares

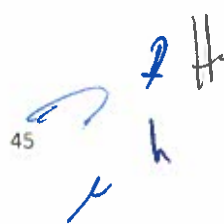
Esta conta apresentava a seguinte decomposição em 31 de Dezembro de 2024 e 2023:

| Rubrica | 2024 | 2023 |
|---|------------------|------------------|
| Juros obtidos | 106 000 | 115 450 |
| Total | 106 000 | 115 450 |
| Juros suportados | 2 623 136 | 1 646 150 |
| Outros gastos e perdas de financiamento | 220 964 | 184 301 |
| Total | 2 844 100 | 1 830 451 |

28. Partes relacionadas

A RL é detida a 100% pela Barraqueiro Transportes, SA., sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas pela Barraqueiro SGPS, SA. No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 apresentam-se as seguintes transações com partes relacionadas:

| Entidades | Ano de 2024 | | Ano de 2023 | |
|---|----------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|
| | Contas a receber correntes | Contas a pagar correntes | Contas a receber correntes | Contas a pagar correntes |
| Acionistas | | | | |
| Barraqueiro Transportes, S.A. | 86 062 | 19 954 | 94 562 | 1 216 545 |
| Empresa mãe | | | | |
| Barraqueiro SGPS, S.A. | 32 490 953 | 76 388 | 33 866 409 | 1 026 131 |
| Subsidiárias | | | | |
| António da Silva Cruz e Filhos, Lda | 8 528 | | | |
| Atlantic Cargo - Soc. Transportes, S.A. | | | | 9 811 |
| Best Transfers 4 U - Viagens e Turismo, S A | | 66 420 | | |
| CGDP, S.A. | | | | 29 520 |
| Cityrama, S.A. | | | 350 | 2 480 |
| DianaTours - Viagens e Turismo, Lda | | | 5 815 | |
| EBGB, S.A. | | 52 944 | | 445 315 |
| Eva Transportes, S.A. | | | 6 878 | |
| Isidoro Duarte, S.A. | 705 | | 2 330 | |
| JJ Santo António, Lda | | 1 350 330 | 7 727 | 909 982 |
| Marques, Lda | | | 15 990 | |
| Outvalue, Lda | | 9 299 | | 10 370 |
| RDL - Rodoviária do Lis, Lda | 13 643 | | 17 712 | 29 |
| RDO - Rodoviária do Oeste, Lda | 28 095 | | | |
| Ribatejana Verde, Lda | | | 6 620 | |
| RMTejo II, Lda | 6 147 | | 1 968 | |
| RNE - Rede Nacional Expressos, Lda | | 1 452 | | 1 603 |
| Rodinform, S.A. | | 39 384 | 5 104 | 466 763 |
| Rodolezíria, Lda | | | 45 305 | |
| Rodoviária do Alentejo, S.A. | 170 430 | | 461 999 | |
| Rodoviária do Tejo, S.A. | 781 | 1 | 190 999 | |
| Rotagus - SGPS, S.A. | | | | 120 000 |
| VIANORBUS , Lda | 699 | | | |
| Vimeca Transportes, Lda | | 71 732 | | 147 579 |
| Total | 32 806 043 | 1 687 904 | 34 729 767 | 4 386 128 |



29. Compromissos

Em 2024 e 2023 foram celebrados contratos de confirming com o fornecedor Petrogal, apresentados como se segue:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|------------|-----------|-----------|
| Confirming | 4 545 893 | 3 933 331 |

30. Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A discriminação da caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, detalha-se conforme se segue:

| Rubricas | 2024 | 2023 |
|---------------------|-------------------|------------------|
| Numerário | 18 979 | 155 323 |
| Depósitos bancários | 10 966 360 | 919 718 |
| | 10 985 339 | 1 075 041 |

31. Outras informações

Em 31 de Dezembro de 2024, o valor dos dispêndios com auditoria e com serviços de revisão legal de contas correspondeu a 9.500 euros.

32. Eventos subsequentes relevantes após o termo do período

Após a data do balanço e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a Empresa que afetem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

33. Gestão de Riscos

Risco cambial

A atividade da Empresa não se encontra exposta significativamente ao risco no que se refere a taxa de câmbio, visto todas as suas operações e saldos serem transacionados em Euros.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde ao risco associado à recuperabilidade das contas a receber decorrentes da atividade da empresa. Estas são controladas pelo departamento financeiro, sendo a sua recuperabilidade avaliada em função do risco de cliente, da antiguidade do crédito e das demais circunstâncias associadas. Como resultado desta avaliação são aferidas as necessidades de registo de perdas por imparidade.

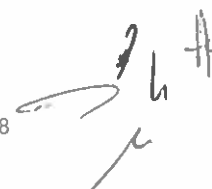
Risco de taxa de juro

A atividade da Empresa encontra-se exposta ao risco de variação da taxa de juro no que respeita aos empréstimos obtidos junto de instituições financeiras. O comportamento da taxa de juro é monitorado de forma a minimizar o risco de perdas resultantes da volatilidade de taxa de juro.

Risco de liquidez

O departamento financeiro elabora um plano periódico de tesouraria por forma a assegurar o nível de liquidez necessário para fazer face aos compromissos financeiros da Empresa.

Certificação legal das contas



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Rodoviária de Lisboa, S.A., (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 86.903.366 euros e um total de capital próprio negativo de 2.765.318 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.107.823 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Rodoviária de Lisboa, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza Material Relacionada com a Continuidade

Chamamos a atenção para a Nota 3.21 das demonstrações financeiras, a qual refere que, em 31 de dezembro de 2024, a Entidade apresentou um resultado líquido negativo de 2.107.823 euros e um capital próprio negativo de 2.765.318 euros. Tal como referido na Nota 3.21, estes acontecimentos ou condições, bem como outras matérias referidas nessa Nota, indicam que existe uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade em se manter em continuidade. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2025

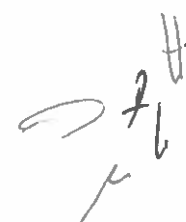
Assinado por: **Pedro Miguel Amador Fonseca**
Num. de identificação: 11909050
Data: 2025.03.19 17:35:46+00'00'

Pedro Fonseca & Associados, SROC, Lda.
Representada por Pedro Miguel Amador Fonseca
(ROC n.º 2006 e registado na CMVM com o n.º 20210021)

PF & Associados

Sociedade de Responsabilidade Limitada de Capital
Av. D. João II, n.º 35, Edifício Infante, 11.º A, 1990-083 Lisboa
geral@pfauditores.com

Relatório e parecer do Concelho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Caros Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas de **Rodoviária de Lisboa, S.A.**, (Entidade), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
2. Ao longo do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Entidade, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.
5. Informamos os acionistas que metade do capital social se encontra perdido, tornando necessária a adoção das medidas previstas no art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2024, tal como foram apresentados pela Conselho de Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Conselho de Administração.
7. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Conselho de Administração e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 19 de março de 2025

O CONSELHO FISCAL

João Santos, Presidente



Susana Rodrigues, Vogal



Pedro Fonseca, Vogal

Assinado por: **Pedro Miguel Amador Fonseca**
Num. de Identificação: 11909050
Data: 2025.03.19 17:41:25+00'00'

Campo grande, 382 C – 1º
1700-097 Lisboa
www.rodoviariadelisboa.pt

